

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiali Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlsea Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacfi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacfi — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlsea Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lólio Guimarães Soto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêlsea Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 114ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 2 de Agosto de 1974**  
**(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Domicio Scaramella.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinat — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Facel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo e Rosário Pitelli (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Basílio Zanusso — Iris Caldart — Marciano Baraniuk — Nelson Bufara — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

**MENSAGEM 33-74**

Curitiba, 24 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, o Ministério da Saúde e a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede na cidade de Curitiba, para aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Termo de Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede na cidade de Curitiba, para aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

Aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), presentes, de um lado o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Secretaria de Assistência Médica, representada pelo seu Responsável, Ilustríssimo Senhor Doutor Propício Caldas Filho, e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria de Saúde, representada pelo seu titular, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura e a Associação Paranaense de Reabilitação, representada pelo seu Presidente, Doutor João Batista Focácia, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I — Convenções**

Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "SAM" para a Secretaria de Assistência Médica, de "Coordenação" para a Coordenação de Assistência Médica Hospitalar, de "Governo" para o Governo do Estado do Paraná, de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e de "Associação" para a Associação Paranaense de Reabilitação.

**CLÁUSULA II — Objeto**

O presente Convênio tem por objeto a aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos de qualquer natureza, inclusive para aquisição e doação, preferentemente, de aparelhos ortopédicos de membros inferiores, carros e cadeiras de rodas, aparelhos para audição ou para próteses de membros inferiores e, em casos especiais, de próteses de membros superiores para uso no trabalho.

**CLÁUSULA III — Obrigações do Ministério**

O Ministério se obriga a:

- a) conceder à Associação, no corrente exercício, através da Coordenação de Assistência Médica Hospitalar (CAMH), auxílio financeiro no valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o fim previsto na Cláusula II;
- b) prestar assistência técnica à Secretaria para a execução do presente Convênio, diretamente ou através de centros especializados de reconhecida capacidade.

**CLÁUSULA IV — Obrigações da Associação**

A Associação obriga-se a:

- a) aplicar o auxílio a que se refere a Cláusula III na produção ou aquisição dos aparelhos e materiais referidos na Cláusula II, no prazo de até dez meses da data da assinatura do presente Convênio;
- b) estimular e orientar a organização e o funcionamento de oficinas ortopédicas no Estado, oficiais ou pertencentes a outras entidades de caráter filantrópico;
- c) promover o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para as atividades relacionadas com a assistência a deficientes físicos de qualquer natureza;
- d) prestar contas ao Ministério, através da Secretaria, da aplicação dos

recursos derivados deste Convênio, no prazo de até trinta (30) dias do término do prazo fixado na alínea "a".

**CLÁUSULA V — Atendimento dos Pedidos**

No atendimento dos pedidos, terão prioridade as pessoas carentes de recurso e não vinculadas a sistemas previdenciários, federais, estaduais e municipais.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

Em caráter excepcional e atendendo a condições especiais, quando comprovada a impossibilidade do atendimento parcial ou total pelos órgãos previdenciários a que se refere esta Cláusula, poderá o auxílio ser concedido a pessoas necessitadas e pobres, pertencentes ao referido sistema previdenciário.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

Cabe ao setor específico da Associação a responsabilidade do exame de cada caso e as providências que couberem para o atendimento dos pedidos, com observância das exigências deste Convênio, bem como o atendimento prioritário dos processos encaminhados pelo Ministério, inclusive os provenientes de outros Estados.

**CLÁUSULA VI — Dotação Orçamentária**

A despesa com a execução do presente Convênio correrá à conta dos recursos previstos no Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1973 consignados ao Ministério, através da verba destinada à assistência a deficientes físicos, inscrita em "Restos a Pagar".

**CLÁUSULA VII — Do Acompanhamento**

O Ministério, através do Órgão competente, fará o acompanhamento deste Convênio junto a Associação.

**CLÁUSULA VIII — Vigência e Eficácia**

O presente Convênio vigorará até 31 de dezembro de 1974, devendo ser publicado no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA IX — Rescisão, Extinção ou Modificação**

Poderá ainda o presente Convênio ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, ser considerado extinto pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou modificado em suas cláusulas e condições, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA X — Saldo**

O saldo não aplicado dentro dos prazos fixados, deverão ser recolhidos aos cofres públicos da União mediante guia.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente Convênio, assinado pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo, dele se extraíndo cópias para sua publicação e execução.

MÁRIO MACHADO DE LEMOS — Ministro da Saúde.

IVAN BEIRA FONTOURA — Secretário de Saúde do Estado do Paraná.

Propício Caldas Filho — Secretário de Assistência Médica.

João Batista Focácia — Presidente da Associação Paranaense de Reabilitação.

A. Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM 34-74**

Curitiba, 24 de junho de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, Oficial de Justiça de Vara Criminal, Oficial de Justiça de Vara Cível, Oficial de Justiça de Vara de Menores, Comissário de Vigilância de Menores, Porteiro de Auditório e Auxiliar de Cartório, do Quadro da Justiça.

Objetiva, ainda, o anexo Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinados ao atendimento de despesas decorrentes da execução da medida.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis decorre de proposição formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça e de estudos feitos entre aquele Judiciário e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, vindo, a par de outras medidas já adotadas, dar atendimento a necessidades do Poder Judiciário relacionadas com seu Quadro de Pessoal.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos isolados de provimento efetivo de Escrivão do Crime e Escrivão de Menores do Quadro da Justiça, são os fixados na Tabela I anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 2.º — Os vencimentos dos cargos isolados de provimento efetivo de Oficial de Justiça de Vara Criminal, de Oficial de Justiça de Vara Cível, Oficial de Justiça e Vara de Menores, Comissário de Vigilância de Menores, Porteiro de Auditório e Auxiliar de Cartório, todos do Quadro da Justiça, são os correspondentes aos níveis fixados na Tabela II anexa, parte integrante desta Lei, cujos valores são idênticos aos atribuídos ao Poder Judiciário.

Art. 3.º — O ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Porteiro de Auditório, ou o Oficial de Justiça designado para essa função, além dos vencimentos fixados, perceberá a gratificação de função correspondente ao símbolo 5-F.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no Orçamento Próprio do Poder Judiciário, no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

**TABELA N.º I**

CARGO	Inicial	ENTRÂNCIA Intermediária	Final
Escrivão do Crime .....	PJ-28	PJ-29	PJ-30
Escrivão de Menores .....	—	PJ-29	PJ-30

TABELA N.º II

CARGO	ENTRÂNCIA		
	Inicial	Intermediária	Final
Oficial de Justiça de Vara Criminal ...	PJ-16	PJ-19	PJ-22
Oficial de Justiça de Vara ...	PJ-16	PJ-19	PJ-22
Oficial de Justiça de Vara de Menores	—	PJ-19	PJ-22
Comissário de Vigilância de Menores ...	—	PJ-18	PJ-21
Porteiro de Auditório ...	—	—	PJ-20
Auxiliar de Cartório ...	PJ-16	PJ-18	PJ-20

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 35-74

Curitiba, 25 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569-74, hoje sancionada, aos ocupantes dos cargos de carreiras que especifica, da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

O benefício consubstanciado no Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis assemelha-se ao concedido aos funcionários do Poder Executivo, pela lei específica de hoje datada, tendo seus valores sido necessariamente modificados em respeito e obediência ao disposto nos artigos 64 e 83 da Constituição Estadual e 98 e 108 da Constituição Federal, que versam sobre a paridade de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes do Estado.

Assim sendo e atendendo proposição formulada pelas áreas interessadas, a medida encaminhada a essa Augusta Casa de Leis, virá conceder aos funcionários da parte permanente dos demais Poderes do Estado a gratificação de produtividade sob a mesma configuração legal, sendo prevista, inclusive, a possibilidade dela fazer parte de proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Até que, na forma dos artigos 64 e 83, da Constituição Estadual e 98 e 108 da Constituição Federal, seja implantada a paridade de vencimentos entre os funcionários dos Três Poderes do Estado, a gratificação de que trata a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, será paga, nos valores abaixo, aos atuais ocupantes dos seguintes cargos integrantes de carreiras da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado:

## I — ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO:

Carreira de Advogado, níveis 26 a 30, no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Economista e Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros); carreiras de Técnico de Administração e Redator, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

## II — TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Carreira de Assessor Jurídico, com vencimentos pelos níveis 28 a 30, no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Psicólogo e Assistente Social, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

## III — TRIBUNAL DE CONTAS:

Carreiras de Assessor Jurídico e Engenheiro, no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Economista e Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros); carreira de Redator, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 2.º — Os atuais integrantes das carreiras de Médico (excluídos os que percebem vencimentos que não os do respectivo nível), Cirurgião Dentista e Enfermeiro, da parte permanente dos quadros referidos no artigo anterior, perceberão a gratificação de que trata esta Lei, nos valores mensais de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), Cr\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), respectivamente.

Parágrafo único — Os profissionais referidos neste artigo, que comprovadamente não acumularem cargos da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

Art. 3.º — A gratificação de produtividade é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é acumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

Art. 4.º — A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM  
36-74

Curitiba, 26 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, na forma constitucional, o incluso anteprojeto de lei objetivando declarar as isenções tributárias estaduais à Itaipu, em consonância com o Art. XII do Tratado promulgado pelo Decreto n.º 72.707, de 28 de agosto de 1973. Envio, em anexo, como parte integrante desta Mensagem, cópia da exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, consubstanciada no Ofício n.º 420-74.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Tendo em vista o disposto nos artigos 98 e 97, VI do Código Tributário Nacional, combinado com o artigo XII do Tratado aprovado pelo

Decreto Legislativo n.º 23 de 30 de maio de 1973 e promulgado através do Decreto n.º 72.707, de 28 de agosto de 1973, fica declarada a ITAIPU a isenção do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil.

Art. 2.º. Face ao contido no artigo 179 do Código Tributário Nacional e na alínea "b" do artigo XII do Tratado a que se refere este artigo, fica declarada a isenção do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias nas saídas, promovidas pelos contribuintes com domicílio tributário no Estado do Paraná, em que ITAIPU seja adquirente ou destinatária.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda explicitará, com base no inciso II do artigo 52 da Constituição do Paraná, os deveres acessórios inerentes às isenções declaradas nesta Lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## ESTADO DO PARANÁ

## SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Gabinete do Secretário

Curitiba, 18 de junho de 1974

Of. n.º 420-74

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que visa declarar a ITAIPU as isenções tributárias de âmbito estadual, referidas no artigo XII do Tratado aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 23 de 30 de maio de 1973 e promulgado pelo Decreto n.º 72.707 de 28 de agosto de 1973 (publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 1973), cuja redação é a seguinte:

## ARTIGO XII

"As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à tributação, as seguintes normas:

- a) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;
- b) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;
- c) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;
- d) — não porão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da ITAIPU que resultar da execução do presente Tratado;
- e) — não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item "b" deste Artigo;
- f) — serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item "b" deste Artigo".

A Constituição do Brasil autorizou ao Estado a instituir os tributos relacionados no item I e II do artigo 23 e inciso I do artigo 18. E o Estado o fez conforme se vê nas leis orgânicas em vigor para cada tributo.

Ao lado dessa partilha constitucional, instituíram-se limitações ao poder de tributar nos Estados, entre as quais não figura a intributabilidade às pessoas tais como a empresa ITAIPU. Por outro lado, a União não exercitou o poder conferido no § 2.º do artigo 19 da Constituição do Brasil, para a efetivação de dispensa do pagamento dos tributos estaduais.

De outro plano, o Código Tributário Nacional (CTN) diz, no art. 98 que os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pelo que lhes sobrevenha.

O CTN, — lei de natureza complementar —, não é todavia, instrumento suficiente, do ponto de vista jurídico-legal, para instituir limitação ao poder de tributar do Estado. O que se reconhece com respaldo na parte in fine do § 1.º do art. 18 de Constituição do Brasil, é a oportunidade do referido Código de apenas **REGULAMENTAR AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR**.

Não poderia, portanto, se levar em consideração, no atual regime federativo constitucional, que o art. 98 do CTN tenha o condão, por si só de instituir limitação a poder que o estatuto básico conferiu ao Estado, sem parâmetros, ressalvados, obviamente os casos já referidos e nos quais não se enquadra a ITAIPU.

Não se pode, todavia, anatematizar como inaplicável a regra do citado art. 98 do CTN. Ao contrário, ele é perfeitamente subsistente e no caso emergente funciona como norma geral de direito tributário tendente a resguardar os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil, devendo, todavia na sua execução, caminhar-se pelos canais próprios, no caso a Lei adequada, de natureza declaratória.

Como não há limitação constitucional para a tributação das operações realizadas pela ITAIPU nem lei complementar da União concedendo isenção do pagamento de tributos estaduais, considerando, de outro lado, a norma geral contida no art. 98 do CTN, bem como as disposições do art. XII do Tratado, a única via para se materializar o compromisso assumido pelo Brasil seria a de lei ordinária do poder competente — o Estado do Paraná. No caso, portanto, só é defeito isentar aquele que tem o poder de tributar é o motivo da isenção é o referido Tratado e o art. 98 do CTN.

A via é, vale repetir, a da Lei, em cuidado ao princípio de reserva legal do art. 97, VI do CTN (exclusão dos créditos tributários).

A isenção convencionalizada deve, pois, estar consubstanciada em Lei Declaratória, do Estado do Paraná.

Valho-me do ensejo, para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e de distinta consideração.

AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO  
Secretário da Fazenda

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob o n.º 147-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** o Projeto de Lei n.º:

293-73 — Oriundo de Mensagem sob o n.º 107-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular — (PLANHAB), o qual convertido em Lei tomou o número 6.568. — Agradeça-se.

Sob o n.º 146-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

36-74 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 20-74, que visa alterar a partir de 1.º de março do corrente ano, a Redação do Art. 3.º da Lei n.º 6.156 de 02.10.70, que dispõe sobre a Quota de Produtividade. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs. 106, 127, 128 e 129-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

14-74 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 8-74, o qual suspende, até 30.07.75, a aplicação das Restrições de Remuneração previstas no n.º 2 do Art. 6.º no n.º 1 do Art. 14 e no Parágrafo 2.º do Artigo 52, da Lei n.º 6.417 de 03.07.72 — Código de Vencimento da Polícia Militar do Estado do Paraná, que convertido em Lei tomou o número de 6.547. — Agradeça-se.

143-73 — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a Associação Evangélica e Beneficente — AEEB — com sede na cidade de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o número 6.556. — Agradeça-se.

187-73 — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Instituição Fraternitas com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o número 6.557. — Agradeça-se.

201-73 — Do Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo, que declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.558. — Agradeça-se.

Sob o n.º 141-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

195-73 — Do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.565. — Agradeça-se.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 133 — 134 — 135 — 136 — 137 e 138-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

98-73 — do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomina Grupo Escolar da Silva Leal o atual Grupo Escolar de Santa Amélia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.560. — Agradeça-se.

287-73 — Do Senhor Deputado Jorge Sato, que denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória de Mandaguapé, o qual convertido em Lei tomou o número 6.561. — Agradeça-se.

171-73 — Do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que autoriza o Poder Executivo denominar Ruperto Félix um dos estabelecimentos de ensino oficial do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6.562. — Agradeça-se.

99-73 — Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomina o Ginásio Carlirio Gomes dos Santos, o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia, o qual convertido em Lei tomou o número 6.563. — Agradeça-se.

251-73 — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública, o "Centro Comunitário Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.565. — Agradeça-se.

173-73 — Do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Instituto Santa Maria, fundado na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.564. — Agradeça-se.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 150, 151, 152, 163 e 164-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

252-73 — Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo, a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, objetivando a criação e instalação do Museu do Café, na sede daquele Município. — A C.C.J.

208-74 — Do Senhor Deputado Jorge Sato, que visa o autógrafo conceder uma pensão mensal no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo da região, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. — A C.C.J.

225-73 — Do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que visa o autógrafo incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Grupo Escolar "Castro Alves", que funciona no Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. — A C.C.J.

205-73 — Do Senhor Deputado Iris Mário Caldart, que visa o autógrafo declarar como de utilidade pública, a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. — A C.C.J.

10-74 — Do Senhor Deputado David Federmann, que visa o autógrafo declarar como de utilidade pública, a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, com sede em Ponta Grossa. — A C.C.J.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 73-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 103-74.

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a consignação em Ata de um voto de profunda consternação pelo passamento do prestante cidadão Alfredo Gomes, membro de tradicional família e figura de destaque de nossa sociedade.

Granjando de vasto círculo de relações de amizade, graças às admiráveis qualidades que lhe exornavam o viver, a notícia de seu falecimento repercutiu dolorosamente entre quantos o conheceram e admiraram.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, por intermédio de seu genro, o conceituado jornalista doutor Renato Schaitza.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Erundy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a inserção de um voto de pesar na Ata desta Sessão, pelo falecimento do proeminente cidadão General Aristides Athaide.

O extinto, através intensiva atuação em vários setores de suas profícuas atividades, soube conquistar o respeito e a admiração da sociedade paranaense.

Como político, por sua emérita participação na Câmara Municipal de Curitiba, foi distinguido pela confiança de seus pares para presidir-la.

Como médico, o seu humanitarismo patenteava-se no solícito atendimento às pessoas sem recursos.

Figura de real destaque na sociedade paranaense, o presente Requerimento constitui modesta homenagem deste Poder a quem tanto fez por merecer o reconhecimento do povo brasileiro.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, com endereço à Rua Saldanha Marinho, n.º 334, nesta Capital, acompanhada de cópia deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Erundy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento recentemente ocorrido do General Aristides Athayde, em nossa Capital.

O General Aristides Athayde, foi pessoa de grande destaque nos meios militares, médicos e políticos, tendo desempenhado as mais altas funções dentro daqueles setores a que estava afeto.

Homem dotado de alto espírito humanitário, austero e íntegro, granjeou a admiração e prestígio no seio do povo paranaense, principalmente onde era grandemente estimado e considerado.

Ao desaparecer, deixou um lastro de relevantes serviços prestados à comunidade.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, como uma homenagem sentida do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1974.

(a) Igo Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ernani Tibiletti, ocorrido em União da Vitória.

Pessoa largamente relacionada e estimada, pertencente a tradicional família e antigo ferroviário aposentado, deixa o Senhor Ernani Tibiletti uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que, pelo seu trabalho e dedicação, contribuíram para o progresso de União da Vitória.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1974.

(a) Domicio Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Senhor Dr. Rivadávia Amazonas, ocorrido em União da Vitória.

Pessoa largamente relacionada, perde a comunidade um exemplo de dedicação e trabalho, visto ter o Senhor Dr. Rivadávia Amazonas exercido o mandato de Vereador naquele Município, deixando, portanto, seu falecimento, uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1974.

(a) Domicio Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de Congratulações ao Coral da Escola Técnica Federal do Paraná, que soube, com brilhantismo, quando representou nosso Estado no 1.º Encontro de Corais das Escolas Técnicas do Brasil, realizado na cidade de Aracaju, nos dias 15 a 20 do mês de julho, conquistar o almejado primeiro lugar.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê-se conhecimento ao Senhor Diretor da Escola, Senhor Ivo Mezzadri, bem como ao Maestro responsável pelos componentes do Coral da Escola Técnica em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O produtor da mamona enfrenta presentemente grave desestímulo em razão dos preços irrisórios que vem travando a comercialização.

O preço da mamona em baga que de Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos), caiu para Cr\$ 1,10 (um cruzeiro e dez centavos), o quilo, está agora a Cr\$ 0,90 (noventa centavos), preço insuficiente para cobrir sequer as despesas de colheita. Esse fato tem provocado situações desesperadoras, com financiamentos bancários vencidos e a vencer. Considerando que se medida urgente não for tomada pelos órgãos governamentais responsáveis pelo setor consequências sérias advirão, o Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente aos Senhores: Presidente da República, Ministro da Fazenda e Ministro da Indústria e Comércio, sugerindo que seja autorizada a Exportação da mamona em baga, através de Cooperativas Agrícolas ou Firms Exportadoras, como forma de melhorar a situação dos mamonicultores e minorar consideravelmente a presente crise, estimulando-os a novos plantios.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Alvaro Dias

## PROJETO DE RESOLUÇÃO:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29-74

- Art. 1.º. As Sessões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado, até 15 de novembro de 1974, serão realizadas nos seguintes horários:
- 2.a feira — Reunião das Comissões, com início às 19,30 horas.
  - 3.a feira — Sessão plenária às 14,30 horas.
  - 4.a feira — Sessão plenária às 14,30 horas e reunião das Comissões.
  - 5.a feira — Sessão plenária às 10,00 horas e reunião das Comissões.
  - 6.a feira — Reunião das Comissões.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 104-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Fundação Cesar Pernet, com sede na cidade de Curitiba — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) — Borsari Netto

## JUSTIFICATIVA:

Pretendemos declarar de Utilidade Pública a Fundação Cesar Pernet, com sede em Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à nossa cidade.

Conforme documentação anexa, que prova o seu funcionamento altamente filantrópico, a referida entidade torna-se credora da declaração de Utilidade Pública, que propomos.

## PROJETO DE LEI N.º 105-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jordão, na estrada que liga o Município de Pinhão a localidade de Santa Clara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1974.

(a) Arizone Araújo

**JUSTIFICAÇÃO:** — A proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação deste Plenário é medida que se impõe como necessária para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado. A construção da ponte beneficiará uma região que contribui com uma grande parcela de tributos para o erário público, justificando plenamente tal proposição. Com o asfaltamento ora realizado entre a BR-373 e Estância Hidro-Mineral de Santa Clara, a sede do Município de Pinhão ficará mais próxima do asfalto cerca de 50 kms. o que muito beneficiará a população daquele próspero Município.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos ilustres Pares na aprovação deste Plano de Lei.

## PROJETO DE LEI N.º 106-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DA QUARTA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE CURITIBA, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1974.

(a) Mauricio Fruct

## JUSTIFICAÇÃO:

A entidade, que pretendemos seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente.

A documentação anexa diz e comprova as altas finalidades da instituição, principalmente a assistência social em todos os setores, dentro e fora da igreja.

## PROJETO DE LEI N.º 107-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS — APAE, com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1974.

(a) — Mauricio Fruct

**JUSTIFICAÇÃO.** — A APAE de Cambé, como suas congêneres de todo o País tem finalidade das mais nobres: — promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento de criaturas excepcionais, quaisquer que sejam suas condições sociais e onde quer, que se encontrem.

O alcance e amplitude dessa meta, entendemos, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para a qual reivindicamos o apoio dos nobres colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná, "SUCEU", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Rolândia, as datas de terra de números 4 a 19, da quadra n.º 40 da Planta Geral da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Rolândia a data de terra n.º 16, da quadra 69, da Planta da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Irmandade do Hospital de Caridade, da cidade de Irati". — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-74, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Lasso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Aristides Athayde. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernani Tibiletti. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rivalda Amazonas, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Gomes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Aristides Athayde. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 73-74. — Prejudicado por já se achar na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 73-74.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 103-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda e Ministro da Indústria e Comércio, sugerindo que seja autorizada a exportação da mamona em baga, através de Cooperativas Agrícolas ou Firms Exportadoras, como forma de melhorar a situação dos mamoneiros. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Coral da Escola Técnica Federal do Paraná, que soube, com brilhantismo, representar nosso Estado no 1.º Encontro de Corais das Escolas Técnicas do Brasil, realizado na cidade de Aracaju, nos dias 15 a 20 do mês de julho, quando conquistou o almejado 1.º lugar. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 5, segunda-feira, à Hora Regime, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 27-74, 30-74, 49-74 e 73-74. Levanta-se a Sessão.

## ATAS DAS COMISSÕES:

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 4.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, às dez horas e trinta minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Quilse Crisóstomo da Silva, Antônio Lopes Júnior e Antônio Franco F. da Costa Filho, de acordo com convocação feita pelo Presidente desta Comissão. Havendo número legal o Senhor Pre-

sidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 21-74, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Relator Dep. Quielso Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 38-74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Sr. Fred Hauber, para Cr\$ 150,00. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer contrário. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 46-74 de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o Instituto Paranaense de Reabilitação, da cidade de Maringá. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 50-74, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo isentar de pagamento da taxa de matrícula, ou anuidade nas Escolas Públicas do Estado, os filhos de servidores públicos estaduais, ativos ou inativos, e dá outras providências. Relator Deputado Antônio Lopes Jr. Deferido pedido de vista do Sr. Deputado Erondy Silvério. 5) — PROJETO DE LEI N.º 54-74, de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal ao Sr. Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00. Relator Deputado Antônio Costa. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 61-74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná, SUCESU, com sede nesta Capital. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 63-74, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni. Autoriza o Poder Executivo integrar na rede de Ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, do Município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 68-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 25-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m2, da Planta Geral da sede do referido Município. Relator Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 70-74 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 29-74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22 de maio de 1974. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 71-74, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público

estadual. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 77-74, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia, lotes urbanos, das Quadras 81, 67 e 68, destinados à construção de prédio para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente e dá outras providências. 12) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23-74 de autoria da Comissão Executiva. Integra na Parte Permanente os atuais cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROPOSIÇÃO N.º 50-74 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 16-74, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná, objetivando Aplicação de Recursos na Expansão e Melhoria do Ensino (Premen). Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 14) — PROPOSIÇÃO N.º 54-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 13-74, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando construção de um Complexo Penitenciário Agropecuário-Industrial, na Região Norte do Estado. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 15) — PROPOSIÇÃO N.º 109-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 24-74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, para realizações de pesquisas operacionais sobre modelos de atendimento ao Grupo Meterno-Infantil, a ser realizado em Curitiba. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 16) — PROPOSIÇÃO N.º 118-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 28-74, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 17) — EXPEDIENTE DE AUTORIA DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, protocolado sob número 876-74, encaminhando sugestão à Reforma Administrativa da Casa. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer no sentido de que seja encaminhado à Comissão Executiva para futuro estudo. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

a) Dep. Fabiano Braga Côrtes — Presidente

a) Rita Celestino Soares — Secretária